



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 2.034, DE 2024

(Do Sr. Delegado Ramagem)

Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal) para regulamentar a prisão em virtude de condenação mantida ou imposta por Tribunal, em única instância ou grau de recurso.

DESPACHO:

À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA
(MÉRITO E ART. 54, RICD)

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD



PROJETO DE LEI Nº _____, DE 2023
(Do Dep. Delegado Ramagem)

Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal) para regulamentar a prisão em virtude de condenação mantida ou imposta por Tribunal, em única instância ou grau de recurso.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei regulamenta a prisão em virtude de condenação mantida ou imposta por Tribunal, em única instância ou grau de recurso.

Art. 2º O Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal) passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 283. Ninguém poderá ser preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente, em decorrência de prisão cautelar ou em virtude de condenação criminal confirmada ou imposta por Tribunal, em única instância ou grau de recurso.” (NR)

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.





JUSTIFICAÇÃO

O presente Projeto de Lei promove modificações no art. 283 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para regulamentar a prisão em virtude de condenação mantida ou imposta por Tribunal, em única instância ou grau de recurso.

A proposição visa solucionar dúvida e deixar clara a possibilidade da prisão com condenação certificada em segunda instância, mediante interpretação autêntica feita pelo legislador e afastando a insegurança jurídica decorrente de subjetivismos interpretativos que assolaram o país nos últimos anos.

A falta de uma normatização clara e objetiva vem dando margem para interpretações conflitantes por parte dos juízes e tribunais espalhados pelo Brasil, notadamente pelo Supremo Tribunal Federal.

Note-se que a Suprema Corte vinha entendendo pela possibilidade de execução provisória da pena na pendência de Recurso Especial ou Extraordinário, já na vigência da Constituição Federal de 1988.

Essa perspectiva só foi alterada em fevereiro de 2009, com o julgamento do HC 84.078/MG (Rel. Min. Eros Grau, Tribunal Pleno), após o qual o STF passou entender que a execução provisória não era compatível com o ordenamento jurídico. **Apesar de não proibir a prisão após a condenação em segunda instância**, a Corte decidiu que essa segregação tinha natureza jurídica cautelar e não de execução da pena antes do trânsito em julgado do decreto condenatório. Ou seja, firmou-se a conclusão de que a prisão antes do esgotamento das vias recursais somente poderia ser decretada cautelarmente, quando presentes os requisitos da prisão preventiva.

O entendimento desenvolvido nesse segundo momento, no sentido de que a prisão antes do trânsito em julgado somente poderia se dar em caráter cautelar, permaneceu vigente até fevereiro de 2016, quando o STF, **ao revisar o tema no julgamento do HC 126.292/MG, Rel. Min. Teori Zavascki, Tribunal Pleno, decidiu pelo retorno do entendimento de longa data, vigente por anos até fevereiro de**





2009, voltando a permitir o início da execução da pena depois do acórdão condenatório ou confirmatório da condenação em segundo grau, sem que isso representasse ofensa ao princípio da presunção de inocência (art. 5º LVII, da CF¹). Referido acórdão encontra-se assim ementado:

Ementa: CONSTITUCIONAL. HABEAS CORPUS. PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA (CF, ART. 5º, LVII). SENTENÇA PENAL CONDENATÓRIA CONFIRMADA POR TRIBUNAL DE SEGUNDO GRAU DE JURISDIÇÃO. EXECUÇÃO PROVISÓRIA. POSSIBILIDADE.

1. A execução provisória de acórdão penal condenatório proferido em grau de apelação, ainda que sujeito a recurso especial ou extraordinário, não compromete o princípio constitucional da presunção de inocência afirmado pelo artigo 5º, inciso LVII da Constituição Federal.

2. *Habeas corpus* denegado. (grifei)

Nesse momento, entendeu-se que os efeitos da decisão recorrida não eram obstados pela interposição de Recurso Especial ou Extraordinário, na medida em que estes não possuem efeito suspensivo (art. 637 do CPP²). **Voltou a predominar, portanto, o entendimento de que a presunção de inocência restava exaurida com a condenação em 2º grau, pois os recursos de natureza extraordinária não comportavam mais discussão acerca da autoria e/ou da materialidade, mas tão somente matéria de direito (penal ou processual penal).**

Ocorre que essa posição reafirmada em fevereiro de 2016 foi novamente alterada pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento das ADCs 43, 44 e 54, de relatoria do Ministro Marco Aurélio, impedindo, dessa forma, a execução provisória da pena e retornando a natureza cautelar da prisão antes do trânsito em julgado.

¹ **Art. 5º, LVII, da CF:** "Ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória".

² **Art. 637.** O recurso extraordinário não tem efeito suspensivo, e uma vez arrazoados pelo recorrido os autos do traslado, os originais baixarão à primeira instância, para a execução da sentença.





O quadro descrito denota a carência de um urgente esclarecimento sobre o ponto, a ser feito autenticamente pelo legislador, cuja atuação deve se preocupar em melhor conduzir os anseios soberanos do povo, de modo a objetivar a interpretação, prestigiar a segurança jurídica e dar à sociedade um entendimento seguro sobre os seus direitos e deveres, afastando casuísmos interpretativos.

É preciso lembrar que o inciso LVII do art. 5º da Constituição Federal dispõe tão somente que ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória, **não vedando, em momento algum, que a prisão possa ocorrer antes desse momento**. Não à toa, o ordenamento jurídico pátrio prevê uma série de espécies de prisão, a saber: flagrante; preventiva; temporária e outras modalidades de prisão cautelar que podem ocorrer no curso do processo ou da investigação policial.

Ao seu turno, o inciso LXI do mesmo dispositivo constitucional apenas ressalva que “ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente”, não impondo nenhuma limitação ou restrição sobre o momento processual da segregação.

Como se vê, inexistem óbices constitucionais para que o legislador delimite a possibilidade de prisão em virtude de condenação mantida ou imposta por Tribunal, em única instância ou grau de recurso.

Nessa linha, conforme proficientemente registrado pelo Teori Zavascki no julgamento do mencionado HC 126.292/MG, a presunção de inocência, prevista no texto constitucional, não impede a prisão decorrente de acórdão que, em apelação, venha a confirmar a sentença penal condenatória recorrível. **Nesse sentido, são precisas as observações feitas pelo e. Ministro:**

“[...] o Pleno do STF asseverou que, com a condenação do réu, fica superada a alegação de falta de fundamentação do decreto de prisão preventiva, de modo que *“os recursos especial e extraordinário, que não têm efeito suspensivo, não impedem o cumprimento de mandado de prisão”* (HC 74.983, Rel. Min. Carlos Velloso, julgado em 30/6/1997).





[...] a superveniência da sentença penal condenatória recorrível imprimia acentuado 'juízo de consistência da acusação', o que autorizaria, a partir daí, a prisão como consequência natural da condenação.

Em diversas oportunidades – antes e depois dos precedentes mencionados –, as Turmas do STF afirmaram e reafirmaram que o princípio da presunção de inocência não inibia a execução provisória da pena imposta, ainda que pendente o julgamento de recurso especial ou extraordinário: HC 71.723, Rel. Min. Ilmar Galvão, Primeira Turma, DJ 16/6/1995; HC 79.814, Rel. Min. Nelson Jobim, Segunda Turma, DJ 13/10/2000; HC 80.174, Rel. Min. Maurício Corrêa, Segunda Turma, DJ 12/4/2002; RHC 84.846, Rel. Carlos Velloso, Segunda Turma, DJ 5/11/2004; RHC 85.024, Rel. Min. Ellen Gracie, Segunda Turma, DJ 10/12/2004; HC 91.675, Rel. Min. Cármen Lúcia, Primeira Turma, DJe de 7/12/2007; e HC 70.662, Rel. Min. Celso de Mello, Primeira Turma, DJ 4/11/1994.

[...]

Ilustram, ainda, essa orientação as Súmulas 716 e 717, aprovadas em sessão plenária realizada em 24/9/2003, cujos enunciados têm por pressupostos situações de execução provisória de sentenças penais condenatórias. Veja-se:

Súmula nº 716: Admite-se a progressão de regime de cumprimento da pena ou a aplicação imediata de regime menos severo nela determinada, antes do trânsito em julgado da sentença condenatória.

Súmula nº 717: Não impede a progressão de regime de execução da pena, fixada em sentença não transitada em julgado, o fato de o réu se encontrar em prisão especial.

[...]

Realmente, antes de prolatada a sentença penal há de se manter reservas de dúvida acerca do comportamento contrário à ordem jurídica, o





que leva a atribuir ao acusado, para todos os efeitos – mas, sobretudo, no que se refere ao ônus da prova da incriminação –, a presunção de inocência. A eventual condenação representa, por certo, um juízo de culpabilidade, que deve decorrer da logicidade extraída dos elementos de prova produzidos em regime de contraditório no curso da ação penal.

Para o sentenciante de primeiro grau, fica superada a presunção de inocência por um juízo de culpa – pressuposto inafastável para condenação –, embora não definitivo, já que sujeito, se houver recurso, à revisão por Tribunal de hierarquia imediatamente superior. É nesse juízo de apelação que, de ordinário, fica definitivamente exaurido o exame sobre os fatos e provas da causa, com a fixação, se for o caso, da responsabilidade penal do acusado. É ali que se concretiza, em seu sentido genuíno, o duplo grau de jurisdição, destinado ao reexame de decisão judicial em sua inteireza, mediante ampla devolutividade da matéria deduzida na ação penal, tenha ela sido apreciada ou não pelo juízo a quo. Ao réu fica assegurado o direito de acesso, em liberdade, a esse juízo de segundo grau, respeitadas as prisões cautelares porventura decretadas.

Ressalvada a estreita via da revisão criminal, é, portanto, no âmbito das instâncias ordinárias que se exaure a possibilidade de exame de fatos e provas e, sob esse aspecto, a própria fixação da responsabilidade criminal do acusado. É dizer: os recursos de natureza extraordinária não configuram desdobramentos do duplo grau de jurisdição, porquanto não são recursos de ampla devolutividade, já que não se prestam ao debate da matéria fático-probatória.

[...]

Realmente, a execução da pena na pendência de recursos de natureza extraordinária não compromete o núcleo essencial do pressuposto da não-culpabilidade, na medida em que o acusado foi tratado como inocente no curso de todo o processo ordinário criminal, observados os direitos e as garantias a ele inerentes, bem como respeitadas as regras probatórias e o modelo acusatório atual. Não é incompatível com a garantia





constitucional autorizar, a partir daí, ainda que cabíveis ou pendentes de julgamento de recursos extraordinários, a produção dos efeitos próprios da responsabilização criminal reconhecida pelas instâncias ordinárias.

[...]

Não é diferente no cenário internacional. Como observou a Ministra Ellen Gracie quando do julgamento do HC 85.886 (DJ 28/10/2005), ‘em país nenhum do mundo, depois de observado o duplo grau de jurisdição, a execução de uma condenação fica suspensa, aguardando referendo da Corte Suprema’.

[...]

Nesse quadro, cumpre ao Poder Judiciário e, sobretudo, ao Supremo Tribunal Federal, garantir que o processo - único meio de efetivação do jus puniendi estatal -, resgate essa sua inafastável função institucional. A retomada da tradicional jurisprudência, de atribuir efeito apenas devolutivo aos recursos especial e extraordinário (como, aliás, está previsto em textos normativos) é, sob esse aspecto, mecanismo legítimo de harmonizar o princípio da presunção de inocência com o da efetividade da função jurisdicional do Estado. Não se mostra arbitrária, mas inteiramente justificável, a possibilidade de o julgador determinar o imediato início do cumprimento da pena, inclusive com restrição da liberdade do condenado, após firmada a responsabilidade criminal pelas instâncias ordinárias.” (grifei)

Indiscutível, portanto, a inexistência de impeditivo constitucional ao estabelecimento da possibilidade de cumprimento da pena depois de certificado o édito condenatório nas instâncias ordinárias.

E mesmo para aqueles que entenderem porventura existir algum tipo de impedimento, merece ser lembrado que, de acordo com a firme jurisprudência do STF, não há direitos fundamentais absolutos (STF — RE 1292275 AgR, Rel. Min. Dias Toffoli).





Assim, cabe a este parlamento, em juízo de ponderação, avaliar se deve prevalecer a presunção de não culpabilidade ou a efetividade da função jurisdicional penal, que deve atender a valores caros não apenas aos acusados, mas também à sociedade, diante da realidade de nosso intrincado e complexo sistema de segurança pública e de justiça criminal.

Nesse ponto, é preciso avaliar que o sistema recursal brasileiro — o qual permite a interposição sucessiva de uma Amazônia de recursos, muitos dos quais de índole meramente formal ou protelatória — dificulta sobremaneira o trânsito em julgado de uma decisão condenatória, além de atrair, muitas vezes, a incidência do instituto da prescrição da pretensão punitiva ou condenatória.

Diante desse quadro, o impedimento da execução após a certificação da condenação em segunda instância traz consequências que dificultarão ainda mais o combate à corrupção e ao crime organizado, beneficiando especialmente os mais ricos e poderosos, cujos recursos obtidos com as atividades criminosas são utilizados para tentar, incansavelmente, abular os processos ou levá-los à prescrição.

A grave situação da segurança pública brasileira é de conhecimento público e notório, gerando uma grave sensação de incerteza que atinge diretamente toda a população, e especialmente aqueles mais pobres, que não dispõem de condições financeiras para buscar meios próprios de proteção pessoal.

Atualmente, os fatos envolvendo a falta de Segurança Pública podem ser considerados como um dos maiores problemas e, conseqüentemente, um dos maiores desafios do Estado.

Os números negativos da criminalidade são alarmantes e demonstram que o Estado, a legislação e as instituições brasileiras são altamente condescendentes com o crime. Isso explica como a violência e a impunidade são os combustíveis que movem a total falta de credibilidade do sistema de Justiça brasileiro, a qual revela um modelo falido de persecução penal e uma crise de legitimidade sem precedentes.

Esse Parlamento precisa corrigir distorções que geram um indesejado desequilíbrio entre a proteção dos direitos individuais e a devida proteção de segurança devida pelo Estado a todas as pessoas (art. 144 da CF), de natureza





física, psicológica, sentimental e/ou patrimonial. Deve assumir, assim, o compromisso de contribuir e seguir forte no combate da criminalidade, priorizando sempre o enfrentamento da impunidade, do crime organizado, além de cooperar para o fortalecimento das ações, das forças de segurança pública, da política criminal e da administração da Justiça, como forma de prevenção e de luta contra a violência e a criminalidade.

Nesse contexto, fazer com que o condenado inicie o cumprimento de sua pena tão logo seja definido o juízo de culpabilidade contribui para tornar a sociedade mais segura, além de desencorajar a prática de crimes como um todo.

Pelo exposto, pedimos o apoio dos Deputados para a aprovação deste Projeto de Lei, como forma de atuação do Parlamento para, em cumprimento ao artigo 144 da Constituição Federal, preservar efetivamente a ordem pública e a incolumidade das pessoas e de seu patrimônio, acabando de uma vez por todas com a proteção romantizada dos criminosos, a qual somente tem contribuído para a leniência na guerra contra a criminalidade, dificultando o trabalho da Polícia e dos órgãos de Justiça.

Sala das Sessões, de de 2024.

DELEGADO RAMAGEM
Deputado Federal
PL-RJ





CÂMARA DOS DEPUTADOS

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI

Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

**DECRETO-LEI Nº
3.689, DE 3 DE
OUTUBRO DE
1941**

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:decreto.lei:1941-1003:3689>

FIM DO DOCUMENTO